

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

125 – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS / FÍSICA TIPO A

Frase: **A felicidade está na jornada, não no destino.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

O QUE É A CULTURA WOKE? POR QUE GEROU UMA GUERRA CULTURAL?

Foi no início do século XXI que a cultura *woke* ganhou uma nova conotação que dura até os dias de hoje. Atualmente, a palavra *woke* se refere a narrativas e a linhas de pensamento, como pautas progressistas e relativistas.

Segundo o dicionário inglês de Cambridge, a palavra *woke*, em sua acepção moderna, significa: “*estar consciente sobre temas sociais e políticos, especialmente sobre o racismo*”.

O termo é comumente utilizado para se referir à inserção desse tipo de conteúdo em filmes, em séries e em outros meios de entretenimento, mas a expressão também é utilizada para se referir à esquerda política e a suas pautas sociais.

Em tradução literal, a palavra *woke* significa “acordado”. Ativistas políticos passaram a utilizar o verbo para designar aqueles que estão “acordados”, atentos a questões de justiça social.

Pensadores da linha da filosofia clássica, como o Bispo americano Robert Barron, afirmam que o termo *woke* é utilizado para se referir aos adeptos do relativismo moral e de outras políticas progressistas, como Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Jean Paul Sartre. Todos defendiam o relativismo moral em algum grau.

A cultura *woke* afirma que o certo e o errado se tornam conceitos vagos que variam de pessoa para pessoa, de acordo com sua cultura e criação. Tudo se torna uma questão de ponto de vista e de circunstância. Esse princípio faz com que realidades universais e objetivas sejam descartadas. Na cultura *woke*, “é proibido proibir”.

Como consequência lógica desse tipo de pensamento, os arquétipos clássicos da cultura ocidental precisaram ser transformados. A cultura *woke* busca mudar o pressuposto de que há realidades naturais e objetivas, como família e liberdade de expressão.

Pensadores contrários à cultura *woke*, como Bispo Barron, afirmam que esse tipo de pensamento é o inverso da cultura ocidental. Para a filosofia clássica, especialmente para o pensamento aristotélico-tomista, o intelecto humano é capaz de analisar a realidade e de descobrir a essência das coisas e as leis universais de diversos tipos, como a gravidade, a inércia, e até mesmo os valores morais, como os princípios da justiça, da liberdade e da propriedade.

Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-a-cultura-woke>. Acesso em: 16.fev.2025. Adaptado.

1. “A cultura *woke* afirma que o **certo** e o **errado** se tornam conceitos vagos [...]”

No contexto discursivo apresentado, os termos demarcados anteriormente têm função de

- (A) artigos.
- (B) adjetivos.
- (C) advérbios.
- (D) pronomes.
- (E) substantivos.

2. “[...] os **arquétipos** clássicos da cultura ocidental precisaram ser transformados.”

Arquétipos é o mesmo que

- (A) lindes.
- (B) óbices.
- (C) pespegos.
- (D) estereótipos.
- (E) paradigmas.

3. Regência verbal é a relação entre o verbo e os seus possíveis complementos ou adjunções. Partindo desse pressuposto, analise o período a seguir, de modo a classificar a regência do verbo demarcado.

“Atualmente, a palavra *woke* **se refere** a narrativas e a linhas de pensamento, como pautas progressistas e relativistas.”

- (A) É transitivo direto, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** são seus objetos diretos.
- (B) É intransitivo, em que os elementos pospostos ao verbo **referir-se** são apenas adjuntos adverbiais.
- (C) É transitivo indireto, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** trata-se do seu objeto indireto.
- (D) É bitransitivo, em que **narrativas e linhas** são núcleos de seu objeto direto e **de pensamento** seu objeto indireto.
- (E) É bitransitivo, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** é o primeiro objeto indireto; enquanto **como pautas progressistas e relativistas** seu segundo objeto indireto.

4. “Segundo o dicionário inglês de Cambridge, a palavra *woke*, em sua acepção moderna, significa: ‘*estar consciente sobre temas sociais e políticos, especialmente sobre o racismo*’.”

O termo destacado atribui ao texto uma progressão temática, primordialmente, por

- (A) elipse.
- (B) hiponímia.
- (C) hiperonímia.
- (D) coesão intraparagráfica.
- (E) coesão interparagráfica.

5. Atente-se à função dos termos enumerados no trecho entre aspas, para assinalar a alternativa correta dentre os itens a seguir.

“A cultura *woke* afirma **que**¹ o certo e o errado se tornam conceitos vagos **que**² variam de pessoa para pessoa”.

- (A) 1 introduz uma oração subordinada adverbial; enquanto 2, uma oração adjetiva.
- (B) 1 introduz uma oração subordinada adjetiva; enquanto 2, uma oração adverbial.
- (C) 1 introduz uma oração subordinada substantiva; enquanto 2, uma oração adjetiva.
- (D) 1 introduz uma oração subordinada adjetiva; enquanto 2, uma oração substantiva.
- (E) 1 introduz uma oração subordinada substantiva; enquanto 2, uma oração adverbial.

6. “[...] **há** realidades naturais e objetivas, como família e liberdade de expressão.”

Assim como em relação ao verbo ressaltado no excerto anterior, há respeito às regras da gramática normativa, em se tratando da concordância verbal, na alternativa

- (A) “[...] **havam** realidades naturais e objetivas [...]”
- (B) “[...] **haveriam** realidades naturais e objetivas [...]”
- (C) “[...] **houvera** realidades naturais e objetivas. [...]”
- (D) “[...] **existe** realidades naturais e objetivas. [...]”
- (E) “[...] **existira** realidades naturais e objetivas [...]”

7. “Esse princípio faz com que realidades universais e objetivas sejam **descartadas**.”

O processo de formação da palavra **descartadas** é alicerçado por

- (A) dois afixos.
- (B) dois temas.
- (C) duas raízes.
- (D) dois radicais.
- (E) duas vogais temáticas.

8. A passagem a seguir torna-se coerente em decorrência do processo de coesão sem nenhuma infração ao paralelismo sintático realçado no período.

“[...] o intelecto humano é capaz **de** analisar **a** realidade e **de** descobrir **a** essência das coisas e **as** leis universais de diversos tipos, como **a** gravidade, **a** inércia, e até mesmo **os** valores morais, como **os** princípios **da** justiça, **da** liberdade e **da** propriedade.”

Essa articulação coesiva é denominada de

- (A) sequencial frástica.
- (B) referencial anafórica.
- (C) referencial catafórica.
- (D) sequencial parafrástica.
- (E) referencial por uso de formas lexicais.

9. “Foi no início do século XXI que a cultura *woke* **ganhou** uma nova conotação.”

O tempo verbal ressaltado indica

- (A) uma ação que ocorreu antes do momento da fala.
- (B) uma ação que aconteceu antes de outra ação passada.
- (C) uma ação que ainda não aconteceu no momento da fala.
- (D) uma ação ocorrida no passado, mas que não foi completamente terminada.
- (E) uma ação que poderia ter acontecido posteriormente a uma situação no passado.

10. [...] o intelecto humano é capaz **de**¹ analisar a realidade e de descobrir a essência das coisas e as leis universais **de**² diversos tipos.”

Em se tratando da função desempenhada pelas preposições em destaque, é correto afirmar que

- (A) em 1 é passiva; em 2, ativa.
- (B) em 1 é ativa; em 2, passiva.
- (C) em 1 e em 2, a função é ativa.
- (D) em 1 e em 2, a função é passiva.
- (E) em 1 e em 2, a função é ativa e passiva simultaneamente.

Raciocínio Lógico Matemático

11. No Natal de 2025, Pedro terá o triplo da idade de Ana. 5 anos depois, a diferença entre as idades deles será de 30 anos. Determine a idade de Ana no Natal de 2040.

- (A) 20 anos.
- (B) 25 anos.
- (C) 27 anos.
- (D) 30 anos.
- (E) 32 anos.

12. Um triângulo retângulo XYZ tem o ângulo reto em Y, com catetos $XY = 5$ cm e $YZ = 12$ cm. Uma reta paralela ao cateto YZ parte de um ponto W em XZ, dividindo-o na razão $XW:WZ = 3:2$, e intercepta XY no ponto V. Calcule o comprimento de WV.

- (A) 2,8 cm.
- (B) 3,6 cm.
- (C) 7,2 cm.
- (D) 8,6 cm.
- (E) 9,2 cm.

13. Em uma progressão aritmética, a soma dos primeiros 10 termos é 150, e a soma dos 10 termos seguintes é 550. Determine o primeiro termo da sequência.

- (A) -13.
- (B) -3.
- (C) 0.
- (D) 3.
- (E) 13.

14. Em uma sala de espera, há 6 cadeiras individuais numeradas de 1 a 6. Três pessoas entram na sala e precisam escolher seus lugares. Para garantir que haja algum espaço entre elas, qualquer pessoa que se sentar não pode ocupar uma cadeira ao lado de outra pessoa. Determine de quantas maneiras diferentes essas três pessoas podem se sentar nas cadeiras.

- (A) 20 maneiras.
- (B) 24 maneiras.
- (C) 28 maneiras.
- (D) 32 maneiras.
- (E) 36 maneiras.

15. Sejam os conjuntos $X = \{2, 4, 6, 8, 10, 12\}$, $Y = \{3, 6, 9, 12, 15\}$ e $Z = \{4, 6, 8, 10, 12, 14, 16\}$. Determine $(X \cup Y) - Z$.

- (A) $\{2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 15\}$.
- (B) $\{2, 3, 9, 15\}$.
- (C) $\{6, 12\}$.
- (D) $\{2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16\}$.
- (E) $\{2, 4, 6, 8, 10, 12\}$.

Informática

16. Em um ambiente de trabalho que exige alta precisão e velocidade na entrada de dados, a escolha de periféricos adequados é essencial para garantir eficiência. Considerando as características e funções dos periféricos de um computador, identifique a alternativa correta.

- (A) Os *scanners* de mesa utilizam sensores piezoelétricos para capturar imagens, garantindo maior precisão em comparação com sensores ópticos.
- (B) O mouse óptico e o mouse laser utilizam tecnologias diferentes, sendo o primeiro baseado em LEDs para iluminar a superfície e o segundo em feixes de laser para maior precisão em diferentes superfícies.
- (C) As impressoras térmicas utilizam cartuchos de tinta à base de pigmento para garantir uma maior durabilidade das impressões em ambientes industriais.
- (D) Os teclados mecânicos possuem membranas de borracha que atenuam o impacto das teclas, proporcionando maior silêncio e conforto ao usuário.
- (E) Os monitores com tecnologia OLED oferecem maior taxa de contraste em comparação com LCDs tradicionais, pois cada pixel emite sua própria luz.

17. No Windows 11, a organização e manipulação de pastas são essenciais para o gerenciamento eficiente de arquivos. Com base nas funcionalidades do sistema operacional, assinale o item correto.

- (A) As pastas no Windows 11 são armazenadas apenas no diretório raiz do sistema operacional, sendo impossível criar subpastas.
- (B) No Windows 11, as pastas podem ser personalizadas com diferentes ícones e atributos, permitindo ao usuário diferenciar visualmente seu conteúdo.
- (C) Ao excluir uma pasta no Windows 11, os arquivos contidos nela são enviados para a Lixeira, exceto em casos como exclusão definitiva (Shift +Delete) ou quando removidos de um dispositivo externo.
- (D) As permissões de acesso a uma pasta no Windows 11 não podem ser alteradas pelos usuários, sendo definidas apenas pelo próprio sistema operacional.
- (E) O nome de uma pasta no Windows 11 pode conter qualquer caractere, incluindo aqueles reservados pelo sistema, como '/', '*' e '?', sem restrições.

18. Os dispositivos de armazenamento são essenciais para o desempenho e a integridade dos dados em sistemas computacionais modernos. Considerando as características e funcionamento desses dispositivos, assinale a alternativa correta.

- (A) O HDD (*Hard Disk Drive*) utiliza tecnologia de memória flash para armazenar dados de forma permanente, garantindo maior velocidade de acesso em comparação com SSDs.
- (B) Os SSDs (*Solid State Drives*) utilizam discos magnéticos rotativos para armazenar dados, resultando em um tempo de acesso mais lento do que os HDDs convencionais.
- (C) O armazenamento NVMe (*Non-Volatile Memory Express*) proporciona maior taxa de transferência de dados em comparação ao SATA, pois opera diretamente na interface PCIe.
- (D) Os dispositivos de armazenamento do tipo *Blu-ray* utilizam tecnologia de laser azul-violeta, permitindo maior capacidade de gravação em comparação aos DVDs.
- (E) Os cartões SD (*Secure Digital*) utilizam um sistema de gravação baseado em trilhas magnéticas, semelhante ao funcionamento dos discos rígidos tradicionais.

19. A navegação na Internet envolve diversos protocolos e mecanismos que garantem a comunicação entre usuários e servidores. No contexto da navegação em páginas web e considerando a estrutura da Internet, marque a alternativa correta.

- (A) O protocolo HTTP garante que todas as comunicações na web sejam criptografadas, protegendo os dados transmitidos entre o navegador e o servidor.
- (B) O DNS (*Domain Name System*) traduz endereços IP em URLs amigáveis para os usuários, facilitando a navegação na Internet.
- (C) O protocolo HTTPS utiliza criptografia TLS/SSL para proteger a comunicação entre clientes e servidores, garantindo maior segurança na navegação.
- (D) A navegação por meio do modo anônimo dos navegadores impede que os sites visitem, armazenem cookies ou rastreiem a atividade do usuário na Internet.
- (E) A conexão entre um navegador e um site na Internet é sempre direta, sem a necessidade de intermediários como proxies, servidores de cache ou CDNs.

20. A computação moderna é baseada em diversos conceitos fundamentais que garantem o funcionamento eficiente de hardware, software e redes. Considerando os princípios básicos da informática, identifique o item correto.

- (A) A unidade central de processamento (CPU) executa instruções armazenadas na memória principal, realizando operações aritméticas e lógicas de acordo com o conjunto de instruções do processador.
- (B) A memória RAM armazena dados de forma permanente, garantindo que os arquivos fiquem disponíveis mesmo após o desligamento do computador.
- (C) O sistema operacional atua exclusivamente como um gerenciador de arquivos e programas, sem interferir na alocação de recursos do hardware.
- (D) O barramento de dados de um computador tem a função exclusiva de fornecer energia elétrica aos componentes internos do sistema.
- (E) O protocolo TCP/IP é utilizado apenas para comunicação entre dispositivos móveis, não sendo aplicado em redes cabeadas.

Legislação

21. Regula a Constituição da República Federativa do Brasil que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda, temos que o ensino será ministrado com base em determinados princípios, dentre os quais podemos destacar corretamente apenas o contido em:

- (A) Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da primeira infância.
- (B) Gestão política do ensino público, na forma da lei.
- (C) Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
- (D) Inexistência de padrão de qualidade.
- (E) Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei municipal.

22. A partir das lições emanadas da CFEB/88 sobre Segurança Pública, podemos assinalar como correto apenas o inculcado em:

- (A) Às polícias penais incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (B) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva das Forças Armadas, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- (C) Os Municípios poderão constituir agências para funções de polícia marítima, lacustre, aeroportuária e de fronteiras.
- (D) Às Guardas Civis Municipais cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- (E) A segurança viária compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

23. À luz da CRFB/88, compete privativamente à União legislar sobre

- (A) diretrizes e bases da educação nacional; dentre outras.
- (B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; dentre outros.
- (C) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; dentre outros.
- (D) adequação ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; dentre outros.
- (E) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; dentre outros.

24. Sabemos que a Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Dentre outras especificidades, temos a criação da Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira, vinculada ao Ministério da Educação, com a finalidade de acompanhar, assessorar e avaliar a implementação do Plano de Carreira, cabendo-lhe, em especial:

- (A) Avaliar, trimestralmente, as propostas de lotação das Instituições Federais de Ensino.
- (B) Promover o dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade das instituições.
- (C) Examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira, encaminhando-os à apreciação dos órgãos competentes.
- (D) Fiscalizar a implantação do Incentivo à Qualificação e a efetivação do enquadramento por nível de capacitação.
- (E) Regulamentar o tempo de efetivo exercício no serviço público federal.

25. Conforme regulado pelo Decreto Federal nº 1.171, de 22/06/1994, são deveres fundamentais do servidor público:

- (A) Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
- (B) Fazer o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- (C) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- (D) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- (E) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

26. Na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, temos que aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços, são corretamente chamados de

- (A) serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- (B) serviços de engenharia.
- (C) fornecimento e prestação de serviço associado.
- (D) serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- (E) contratação por tarefa.

27. Vaticina a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que, a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. Assim, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- (A) Hipoteca.
- (B) Fiança de empresa codevedora.
- (C) Caução em créditos imobiliários.
- (D) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- (E) Seguro de vida.

28. Diploma a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a seguinte situação:

- (A) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços não previstos no próprio contrato; dentre outros.
- (B) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; dentre outras.
- (C) Caso fortuito ou força maior, mesmo que não sejam regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; dentre outros.
- (D) Repetidas suspensões que totalizem 60 (sessenta) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; dentre outros.
- (E) Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado.

29. Aduz a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, serem requisitos básicos para investidura em cargo público:

- (A) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; ter vida privada ilibada; dentre outros.
- (B) Aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; dentre outros.
- (C) O gozo dos direitos políticos; aprovação em teste prático compatível com o cargo; dentre outros.
- (D) A quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de vinte e um anos; dentre outros.
- (E) Ser brasileiro nato; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; dentre outras.

30. Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica é corretamente chamada de:

- (A) Recondição.
- (B) Reintegração.
- (C) Reversão.
- (D) Aproveitamento.
- (E) Readaptação.

31. Quanto ao Procedimento Administrativo e do Processo Judicial previstos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências:

- (A) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 60 (sessenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
- (B) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público da União e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- (C) Somente um servidor público de carreira poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá recurso em sentido estrito, nos termos do Código de Processo Civil vigente.
- (E) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

32. Insta a Constituição da República Federativa do Brasil que é garantido o direito de propriedade; a defesa do consumidor promovida pelo Estado; o respeito à integridade física e moral dos presos; a indenização do condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença; dentre outros. A tais lições chamamos, corretamente, de:

- (A) Objetivos da República Federativa do Brasil.
- (B) Princípios fundamentais.
- (C) Direitos e garantias fundamentais.
- (D) Fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) Princípios da integração latino-americana.

33. Constitucionalmente, na vigência do estado de sítio, decretado com fundamento no art. 137, I da CFRB/88, só poderão ser tomadas contra as pessoas as medidas corretamente esposadas em:

- (A) A suspensão da liberdade de reunião; requisição de bens; dentre outras medidas.
- (B) A incomunicabilidade dos presos; restrição ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; dentre outras medidas.
- (C) A obrigação de permanência em localidade determinada; suspensão dos direitos políticos; dentre outras medidas.
- (D) A prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário; bloqueio de sinais de rádio, televisão e Internet; dentre outras medidas.
- (E) Intervenção nas empresas de particulares; toque de recolher; dentre outras medidas.

34. Na forma estrita da CFRB/88, temos que o Presidente da República ficará suspenso de suas funções

- (A) se comprovada a prática de crime hediondo, após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal; dentre outras.
- (B) quando decretar estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal, com prejuízo dos ritos constitucionais; dentre outras.
- (C) quando expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos visando interesses particulares; dentre outras.
- (D) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal; dentre outras.
- (E) quando comprovados atos estranhos ao exercício de suas funções; dentre outras.

35. Balizado pela Lei Federal nº 9.784 de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que

- (A) tenha editado atos de caráter normativo.
- (B) seja a quem caiba a decisão de recursos administrativos.
- (C) tenha ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.
- (D) tenha dado parte oficial do crime.
- (E) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

36. Define a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, que o acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

- (A) informação pertinente à administração do patrimônio alheio, utilização de recursos financeiros, licitação e contratos de trabalho.
- (B) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- (C) informação sobre registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.
- (D) informação relativa resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, excetuando-se as prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
- (E) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada, independentemente de haver qualquer vínculo com órgãos ou entidades públicas.

37. Tomando por base o prescrito e regulado pela Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, temos que a partir de 1º de janeiro de 2025, o desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá pela mudança de padrão de vencimento mediante progressão por mérito ou aceleração da progressão por capacitação, assunto sobre o qual podemos destacar, corretamente, apenas o contido em:

- (A) Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III da própria Lei.
- (B) O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.
- (C) Na contagem do interstício necessário à progressão por mérito de que trata o art. 10-B, será aproveitado o tempo computado desde a última progressão.
- (D) Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A da própria Lei.
- (E) Para fins de aceleração da progressão por capacitação, cada evento de capacitação deverá ser computado duas vezes.

38. Conforme vemos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, as condutas de negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei; e frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros, correspondem corretamente a:

- (A) Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.
- (B) Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (C) Atos de Improbidade Administrativa que violam o sigilo funcional.
- (D) Atos de Improbidade Administrativa que descumprem a lei geral de proteção dos dados.
- (E) Atos de Improbidade Administrativa que excedem o estrito cumprimento do dever legal.

39. Diz a Carta Magna que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais por princípios, dentre os quais podemos assinalar como correto apenas o contido em:

- (A) Garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; dentre outros.
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; dentre outros.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; o pluralismo político; dentre outros.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; dentre outros.
- (E) Igualdade entre os Estados; a dignidade da pessoa humana; dentre outros.

40. Versa o dígito sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o art. 37, § 4º da Constituição Federal que o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos a própria Lei. Considerando as disposições gerais sobre o tema, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (C) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, apenas quando classificados como administração direta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (E) Para os efeitos da Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, sempre remunerado, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º da própria Lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assinale a alternativa correta.

- (A) A educação compreende apenas os processos formativos desenvolvidos no ambiente escolar, excluindo aqueles que ocorrem na vida familiar, no trabalho e na convivência social.
- (B) A educação, dever da família, da sociedade e do Estado, deve ser pautada em princípios de privacidade e solidariedade com os animais, visando ao desenvolvimento do educando, à cidadania e à qualificação para o trabalho.
- (C) O ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática em todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, conforme a legislação vigente.
- (D) O Estado deve garantir educação básica obrigatória e gratuita para crianças e adolescentes de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, estruturada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.
- (E) Os pais ou responsáveis têm a liberdade de decidir se matriculam ou não suas crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade, sem obrigatoriedade legal.

42. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), indique a alternativa que está em conformidade com as disposições dessa lei.

- (A) A educação superior pode ser ofertada por universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais, desde que credenciados pelo Poder Público e respeitando as normas estabelecidas pela legislação educacional vigente.
- (B) O calendário escolar deve seguir o modelo unificado nacionalmente, garantindo o cumprimento da carga horária mínima anual e evitando adaptações regionais que possam comprometer a qualidade do ensino.
- (C) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, podendo criar cursos superiores e emitir diplomas sem necessidade de autorização ou reconhecimento pelo Ministério da Educação.
- (D) O ensino fundamental deve ser organizado exclusivamente em séries anuais, sendo vedada qualquer forma de progressão continuada ou ciclos de aprendizagem.
- (E) Os sistemas de ensino municipais são responsáveis pela oferta e regulamentação do ensino médio, garantindo sua universalização e gratuidade para todos os cidadãos.

43. Assinale a alternativa que contém diretrizes do Plano Nacional de Educação.

- (A) Valorização dos profissionais da educação e a universalização do ensino superior, com foco na formação técnica e profissional.
- (B) Erradicação do analfabetismo e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
- (C) Fomento ao ensino domiciliar como a principal forma de educação, em detrimento da educação escolar regular.
- (D) Expansão do ensino privado como principal medida para garantir a qualidade e a equidade na educação nacional.
- (E) Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade e promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

44. Assinale a alternativa que contém uma das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para a educação.

- (A) A universalização da educação superior até o final da vigência do PNE, com o objetivo de garantir a matrícula de todos os jovens brasileiros em cursos de graduação até 2025.
- (B) A ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica de forma a garantir que pelo menos 25% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados em cursos técnicos até o final do PNE.
- (C) A elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos para 12 anos de estudo, com ênfase nas populações do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade entre negros e não negros até o final da vigência do PNE.
- (D) A universalização do atendimento escolar na educação infantil para crianças de 4 a 5 anos até o 5º ano de vigência, com a meta de garantir que 100% das crianças de 4 a 5 anos estejam matriculadas em instituições de ensino.
- (E) A erradicação do analfabetismo absoluto e a redução em pelo menos 50% da taxa de analfabetismo funcional até o 5º ano de vigência do PNE.

45. Assinale a alternativa que contém o objetivo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

- (A) Estabelecer os conteúdos programáticos obrigatórios para todas as escolas brasileiras, de modo que os sistemas de ensino possam aplicar de forma rígida e uniforme em todas as instituições de ensino.
- (B) Sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuem para assegurar a formação básica comum nacional, com foco nos sujeitos que dão vida ao currículo e à escola.
- (C) Consolidar a formação profissional dos alunos, com ênfase na preparação para o mercado de trabalho, sem considerar os aspectos da formação cidadã e humana.
- (D) Garantir a padronização dos projetos político-pedagógicos das escolas de Educação Básica, eliminando a diversidade de abordagens pedagógicas e culturais.
- (E) Impor modelos de ensino exclusivos para as escolas públicas, desconsiderando as necessidades e características das escolas privadas.

46. Assinale a alternativa correta sobre os aspectos abordados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

- (A) A organização do Ensino Fundamental de 9 anos, conforme as Diretrizes, deve permitir a adaptação de metodologias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa e que respeitem as diversidades culturais, sociais e cognitivas dos estudantes, com ênfase na formação crítica e cidadã.
- (B) O currículo do Ensino Fundamental de 9 anos deve ser desenvolvido de forma rígida e homogênea para todas as escolas, sem considerar as diversidades regionais, culturais e sociais dos estudantes, com o objetivo de garantir igualdade de ensino para todos.
- (C) O Ensino Fundamental de 9 anos, conforme as Diretrizes, propõe uma organização curricular flexível que contempla a inserção das áreas de conhecimento, de modo a garantir a formação integral dos alunos, priorizando o desenvolvimento intelectual e físico em detrimento das habilidades socioemocionais.
- (D) As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos orientam a adoção de práticas pedagógicas que favoreçam a alfabetização e o letramento das crianças, com especial ênfase na cultura digital e no desenvolvimento das competências para o uso de tecnologias.
- (E) O Ensino Fundamental de 9 anos deve ser estruturado com base na homogeneização das metodologias pedagógicas, sem espaço para a inclusão de novas práticas ou metodologias que atendam às especificidades do ambiente escolar local, focando apenas no conteúdo tradicional.

47. Assinale a alternativa correta sobre os eixos da Política Nacional de Educação Especial.

- (A) A Política Nacional de Educação Especial (2008) determina que os sistemas de ensino devem assegurar a constituição de escolas especializadas, com a função exclusiva de atender a alunos com deficiência severa ou múltipla, mantendo, no entanto, a educação inclusiva como uma ação paralela e subsidiária, restrita a alunos com deficiências leves ou moderadas.
- (B) A implementação de práticas pedagógicas na educação especial deve ser conduzida exclusivamente por professores especialistas, sem a exigência de articulação com os docentes da educação regular, já que cada segmento educacional (regular e especial) deve seguir planos pedagógicos independentes.
- (C) Um dos princípios da Política Nacional de Educação Especial (2008) é a educação inclusiva como um direito de todos os alunos com deficiência, com ênfase no desenvolvimento de capacidades e na construção de ambientes educacionais que favoreçam o pleno exercício da cidadania, sem que as adaptações sejam limitadas ao currículo.
- (D) A Política Nacional de Educação Especial (2008) defende que a avaliação dos alunos com deficiência deve ser feita exclusivamente por profissionais especializados da área da educação especial, sem a necessidade de integração com a avaliação escolar regular, já que as características dos alunos com deficiência são incompatíveis com as práticas avaliativas gerais.
- (E) O eixo da articulação com as políticas de saúde e assistência social na Política Nacional de Educação Especial (2008) destaca que as estratégias de inclusão escolar devem ser fundamentadas unicamente nas necessidades médicas dos alunos, sem considerar os aspectos psicossociais e pedagógicos que envolvem a inclusão escolar efetiva.

48. Com base nos princípios fundamentais da Constituição Federal Brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, sendo facultativa a participação dos Municípios.
- (B) A dignidade da pessoa humana e o pluralismo político não estão entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito.
- (C) Todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos.
- (D) A independência nacional e a intervenção humanitária são princípios que regem as relações internacionais do Brasil.
- (E) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

49. Assinale a alternativa correta com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- (A) As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana determinam a obrigatoriedade de ensino de conteúdos específicos apenas no Ensino Médio, dispensando a obrigatoriedade nas séries iniciais do Ensino Fundamental.
- (B) A implementação das Diretrizes tem como foco a desconstrução da ideia de uma história homogênea, procurando incluir as múltiplas contribuições das culturas afro-brasileiras e africanas, mas sem interferir no ensino das disciplinas tradicionais, como Matemática e Ciências.
- (C) O currículo das escolas deve incorporar as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros, especialmente no que se refere às práticas culturais, religiosas e políticas, visando a promoção de uma educação antirracista e a valorização da diversidade cultural.
- (D) As Diretrizes Curriculares Nacionais não abordam questões de formação dos docentes, tratando exclusivamente da adaptação curricular, sem estabelecer responsabilidades claras quanto à capacitação de professores sobre as questões étnico-raciais.
- (E) A educação para as relações étnico-raciais, conforme as Diretrizes, deve ser trabalhada de forma isolada, com um foco exclusivo nas desigualdades raciais, sem a necessidade de integração com outras temáticas do currículo, como direitos humanos e educação para a cidadania.

50. Com base na Constituição Federal Brasileira, no que trata da Organização do Estado, marque a alternativa correta.

- (A) O Distrito Federal acumula competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios, mas não pode ser dividido em Municípios.
- (B) A União possui competência exclusiva para legislar sobre todas as matérias de interesse nacional, estadual e municipal, garantindo a uniformidade normativa em todo o território brasileiro.
- (C) Os Estados possuem autonomia administrativa, mas suas constituições estaduais devem seguir integralmente o modelo da Constituição Federal, sem possibilidade de adaptações regionais.
- (D) Os Municípios não possuem capacidade de auto-organização, dependendo da legislação estadual para disciplinar sua estrutura administrativa e competência tributária.
- (E) Os Territórios Federais têm autonomia política e administrativa, sendo equiparados aos Estados na estrutura da Federação brasileira.

51. Assinale a alternativa correta sobre os aspectos legais e pedagógicos que envolvem o Projeto Político Pedagógico (PPP), a formação docente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a função social da escola, conforme o arcabouço normativo brasileiro.

- (A) A elaboração do PPP deve ser exclusivamente responsabilidade da gestão escolar, com pouca ou nenhuma interferência dos docentes, visto que a LDB enfatiza a autonomia da direção escolar na definição do currículo e nas metodologias de ensino, sem a necessidade de integrar os profissionais de ensino nas decisões do projeto.
- (B) A formação docente no Brasil é regulada pelo Estado e deve ser centrada na adaptação dos professores às metodologias pedagógicas, com pouca ênfase na reflexão crítica sobre o papel do educador na sociedade, não sendo necessária a incorporação de temáticas relacionadas à cidadania e aos direitos humanos no currículo de formação.
- (C) O ECA impõe que a escola, além de garantir o direito à educação formal, também assegure o cumprimento de outros direitos fundamentais dos estudantes, incluindo sua participação nas decisões sobre o processo educativo e a proteção contra quaisquer formas de violência ou negligência.
- (D) A função social da escola está delimitada à formação acadêmica do aluno, com a exclusão de práticas pedagógicas que envolvem o desenvolvimento da cidadania, pois a Constituição e a LDB determinam que a escola deve se concentrar apenas na transmissão de conteúdos de caráter técnico e científico, desconsiderando aspectos sociais e culturais dos estudantes.
- (E) O PPP deve ser elaborado a partir de um processo participativo que envolva, além da gestão escolar e dos docentes, os alunos, os pais e a comunidade escolar, com base nos princípios democráticos e nas necessidades sociais e culturais da população atendida, conforme estabelece a LDB, sendo fundamental para a construção de uma educação pública de qualidade.

52. Com base na Constituição Federal Brasileira, no que tange aos Direitos e Garantias Fundamentais, marque a alternativa correta.

- (A) A liberdade de expressão é garantida pela Constituição, incluindo a possibilidade de anonimato em manifestações de pensamento para proteger a privacidade do indivíduo.
- (B) Ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, assegurando o contraditório e a ampla defesa em processos administrativos e judiciais.
- (C) O direito à vida e à igualdade são assegurados apenas aos cidadãos brasileiros natos.
- (D) O Estado pode interferir na liberdade religiosa quando considerar que as práticas de determinado grupo ameaçam a ordem pública, mesmo sem previsão legal específica.
- (E) O direito de propriedade é absoluto e não está sujeito a limitações ou intervenções do Estado, independentemente de sua função social.

53. Assinale a alternativa que apresenta uma situação ilegal conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990.

- (A) Maria, de 9 anos, foi convidada para uma festa de aniversário de um colega de escola, mas o evento foi realizado em um bar, sendo acompanhada por seu pai, que ficou no local durante todo o tempo.
- (B) José, de 17 anos, foi encontrado trabalhando como ajudante de pedreiro em uma obra de construção civil, sem o consentimento de seus pais, mas com a devida formalização do contrato de trabalho, respeitando todas as normas de segurança e saúde para o trabalho do adolescente.
- (C) Beatriz, de 10 anos, foi autorizada por seus pais a vender brigadeiros em um ponto de venda na rua para ajudar nas despesas familiares. Ela realiza esse trabalho sempre aos sábados, com a permissão dos responsáveis.
- (D) Lucas, de 8 anos, ficou hospedado com sua avó de 62 anos em um hotel localizado em uma área de turismo e lazer, sem a presença dos pais ou responsáveis, por uma semana, sob a orientação da avó que afirmou ser capaz de prover os cuidados necessários.
- (E) João, pai de Pedro, de 16 anos, o acompanhou até um local de venda de bilhetes lotéricos, onde comprou bilhetes para o filho, que participou da prática de jogo de azar.

54. A gestão escolar e o projeto pedagógico, numa perspectiva de inclusão, autonomia e qualidade social, devem considerar múltiplas dimensões do processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a prática pedagógica democrática e eficaz deve articular-se com princípios que promovam a participação coletiva, a organização do ensino e a avaliação como processo formativo. Marque a alternativa correta a esse respeito.

- (A) A avaliação da aprendizagem deve priorizar a mensuração de resultados, utilizando critérios padronizados que assegurem a homogeneização do desempenho dos estudantes.
- (B) A gestão democrática é caracterizada pela centralização das decisões pedagógicas na direção escolar, garantindo a uniformidade dos procedimentos educacionais.
- (C) A constituição de competências implica a integração das dimensões cognitivas, socioafetivas e culturais, em diálogo com a gestão democrática e um projeto pedagógico construído coletivamente.
- (D) O planejamento pedagógico deve ser um instrumento fixo e normativo, assegurando a padronização dos processos de ensino em todas as etapas escolares.
- (E) A autonomia docente restringe-se à execução dos conteúdos definidos pela gestão escolar, sem participação ativa no processo de avaliação e planejamento.

55. Com base na Constituição Federal de 1988, no que se refere à Educação, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- (B) O ensino será ministrado com base nos princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e unilateralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- (C) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada sem a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (D) Não é dever do Estado com a educação a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- (E) Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas e comunitárias, mas nunca podem ser dirigidos a escolas filantrópicas, que comprovem finalidade não-lucrativa.

56. Em relação ao conceito de Currículo e Educação Integral no Brasil, conforme estabelecido pela legislação e as orientações educacionais nacionais, assinale o item verdadeiro.

- (A) A educação integral, ao incorporar uma abordagem de tempo ampliado, visa exclusivamente ao aprofundamento do conteúdo acadêmico das áreas de conhecimento tradicionais, sem a inclusão de atividades complementares ou de desenvolvimento de habilidades socioemocionais.
- (B) O currículo da educação integral, além de ser integrado e articulado entre as diversas áreas do conhecimento, deve promover a inter-relação entre os componentes curriculares e as demandas sociais, culturais e emocionais da comunidade escolar, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e comprometidos com o desenvolvimento coletivo.
- (C) O currículo da educação integral deve ser centrado exclusivamente em um conjunto de saberes acadêmicos que preparem os alunos para a inserção no mercado de trabalho, ignorando as necessidades culturais, emocionais e sociais dos estudantes, já que estas são abordadas em atividades extracurriculares separadas.
- (D) A educação integral implica um aumento linear da carga horária escolar sem a necessidade de modificação significativa nos métodos pedagógicos, que devem seguir um modelo tradicional, sem considerar a diversidade de ritmos de aprendizagem ou a utilização de metodologias inovadoras.
- (E) No contexto da educação integral, o desenvolvimento de competências cognitivas é considerado de forma separada das competências socioemocionais, sendo tratadas em momentos distintos e sem a necessária integração, uma vez que são dimensões de aprendizagem independentes e sem vínculo direto.

57. Sobre a avaliação e os indicadores de qualidade na educação, considerando a avaliação institucional e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, marque a alternativa correta.

- (A) A avaliação do processo de ensino-aprendizagem, para ser eficaz, deve priorizar instrumentos padronizados e quantitativos, uma vez que abordagens qualitativas são subjetivas e comprometem a comparabilidade dos resultados.
- (B) A avaliação institucional tem como objetivo exclusivo a prestação de contas aos órgãos reguladores, não envolvendo a comunidade escolar na definição de metas e estratégias de melhoria.
- (C) A análise dos indicadores de qualidade na educação deve considerar unicamente o desempenho acadêmico dos estudantes, já que fatores como infraestrutura e formação docente não influenciam diretamente a aprendizagem.
- (D) A avaliação institucional, quando bem conduzida, permite a identificação de desigualdades no acesso e na permanência dos estudantes, orientando políticas de inclusão e estratégias de aprimoramento pedagógico.
- (E) O processo de avaliação do ensino-aprendizagem deve ser pontual e conclusivo, focado na verificação de conteúdos memorizados, pois isso garante a padronização dos resultados em larga escala.

58. Sobre a Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania, e a Educação Inclusiva no Brasil, marque a alternativa correta.

- (A) A Política Nacional de Educação em Direitos Humanos defende a promoção de valores democráticos, o respeito à diversidade e a formação para a cidadania.
- (B) A educação inclusiva no Brasil está restrita ao ensino fundamental, sendo facultativa nos demais níveis de ensino.
- (C) A diversidade cultural na educação deve ser considerada apenas em datas comemorativas, não sendo uma diretriz permanente no currículo escolar.
- (D) A Constituição Federal assegura a igualdade de acesso e permanência na escola, mas não prevê adaptações para estudantes com deficiência.
- (E) A educação em cidadania é de responsabilidade exclusiva do Estado, sem a necessidade de envolvimento da sociedade ou da família.

59. Sobre o analfabetismo e a escolarização no Brasil, com base na legislação vigente e em políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) O analfabetismo no Brasil está restrito a áreas rurais, sendo praticamente inexistente em regiões urbanas, devido à universalização do ensino fundamental.
- (B) A Constituição Federal de 1988 prevê a erradicação do analfabetismo como uma responsabilidade exclusiva dos Estados e Municípios, sem a participação da União.
- (C) As políticas públicas de alfabetização de jovens e adultos devem priorizar exclusivamente a aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita.
- (D) O Estado brasileiro tem o dever de assegurar, além da educação básica obrigatória, programas específicos de alfabetização para aqueles que não tiveram acesso à escolarização em idade própria.
- (E) A alfabetização no Brasil está constitucionalmente vinculada à educação formal, não sendo reconhecidos programas de educação não formal como instrumentos de combate ao analfabetismo.

60. Sobre a ética na Administração Pública brasileira, considerando os preceitos constitucionais e infraconstitucionais, marque a alternativa correta.

- (A) O Código de Ética do Servidor Público Federal (Decreto nº 1.171/1994) determina que o servidor deve atuar com zelo e transparência, e prevê a possibilidade de aplicação de censura ética em casos de violação de seus preceitos.
- (B) O agente público pode utilizar informações privilegiadas obtidas em razão do cargo para beneficiar terceiros, desde que não haja prejuízo financeiro direto à Administração.
- (C) O princípio da moralidade administrativa exige apenas a conformidade com a lei, não abrangendo aspectos subjetivos como a integridade e a boa-fé nas decisões públicas.
- (D) O sigilo em processos administrativos é a regra geral, sendo a publicidade uma exceção aplicável apenas em casos que envolvam interesse da coletividade.
- (E) A violação aos deveres éticos no âmbito da Administração Pública configura infração meramente disciplinar, sem repercussões civis ou políticas.

61. Sobre a ética na Administração Pública, considerando situações cotidianas no ambiente de trabalho, marque a alternativa correta.

- (A) Um servidor público que utiliza o computador do seu local de trabalho para atividades pessoais durante o expediente não está violando princípios éticos, desde que isso não atrapalhe suas funções.
- (B) É aceitável que um funcionário público dê prioridade no atendimento a amigos ou familiares, desde que os demais cidadãos não sejam prejudicados.
- (C) Um gestor público pode aceitar presentes de fornecedores em datas comemorativas, desde que o valor do presente não ultrapasse um salário mínimo.
- (D) Um agente público que, ao atender um cidadão, age com imparcialidade e cortesia, ainda que discorde da solicitação apresentada, está em conformidade com os princípios éticos da Administração Pública.
- (E) Não há obrigação ética de sigilo para o servidor público em relação a informações internas da Administração, desde que essas informações não sejam classificadas como secretas.

62. Sobre a gestão democrática nas instituições de ensino, considerando os princípios constitucionais e as práticas institucionais, marque a alternativa correta.

- (A) A autonomia pedagógica das instituições de ensino público dispensa a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico, visto que tal responsabilidade é exclusiva da gestão administrativa.
- (B) A gestão democrática nas instituições de ensino é um princípio constitucional restrito às escolas públicas, sem aplicação obrigatória em instituições privadas ou comunitárias.
- (C) A gestão democrática abrange a participação efetiva de diferentes segmentos da comunidade escolar em processos decisórios, incluindo a definição de políticas educacionais, avaliação institucional e a fiscalização do uso de recursos.
- (D) A eleição direta para cargos de direção escolar é o único mecanismo legítimo de implementação da gestão democrática, não sendo necessárias outras formas de participação coletiva.
- (E) A gestão democrática nas instituições de ensino deve ser conduzida de forma hierarquizada, em que as decisões são tomadas exclusivamente pela administração superior, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa.

63. Sobre a pesquisa educacional, considerando as abordagens teóricas e metodológicas e a elaboração e avaliação de projetos e programas de pesquisa, marque a alternativa correta.

- (A) A abordagem quantitativa na pesquisa educacional é mais adequada para compreender fenômenos subjetivos, como a experiência dos sujeitos no ambiente escolar, por permitir a análise aprofundada dos significados e percepções.
- (B) Projetos de pesquisa em educação devem seguir um modelo fixo e universal de metodologia, uma vez que a padronização dos procedimentos garante maior validade científica e replicabilidade dos resultados.
- (C) A avaliação de programas de pesquisa educacional deve limitar-se à análise dos resultados finais, pois os processos intermediários não influenciam de forma significativa a eficácia das políticas implementadas.
- (D) As abordagens qualitativa e quantitativa, quando articuladas em uma pesquisa educacional, permitem uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado, integrando análise estatística e interpretação contextualizada.
- (E) A elaboração de projetos de pesquisa em educação deve priorizar a neutralidade do pesquisador em todas as etapas, pois qualquer envolvimento crítico ou reflexivo pode comprometer a objetividade dos resultados.

64. De acordo com a LDB, no que se refere a educação bilíngue de surdos, identifique o item correto.

- (A) A educação bilíngue de surdos, conforme a LDB, pode ser oferecida apenas em escolas bilíngues de surdos, sendo proibida em escolas comuns, mesmo que o estudante opte por essa modalidade.
- (B) A educação bilíngue de surdos deve ser iniciada na educação infantil e se estender ao longo da vida, garantindo que os alunos surdos tenham acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e ao português escrito como segunda língua.
- (C) O atendimento educacional especializado bilíngue, previsto na LDB, é opcional e será fornecido apenas para estudantes surdos com deficiência auditiva severa, não sendo necessário para alunos surdos com outras deficiências associadas.
- (D) O artigo 60-B da LDB determina que o ensino bilíngue de surdos deve ser realizado por professores sem formação específica, considerando que a formação bilíngue não é exigida para os docentes dessa modalidade de ensino.
- (E) A LDB prevê que os sistemas de ensino devem garantir que o atendimento educacional especializado bilíngue seja oferecido exclusivamente a estudantes surdos oralizados, sendo irrelevante o grau de surdez ou outras deficiências associadas.

65. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, marque a alternativa correta.

- (A) O calendário escolar incluirá o dia 20 de outubro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.
- (B) Toda criança a partir do dia em que completar 3 (três) anos de idade tem direito à vaga na escola pública de educação infantil ou ensino fundamental mais próxima de sua residência.
- (C) A carga horária mínima anual para o ensino fundamental é de 800 (oitocentas) horas, e para o ensino médio é de 1.000 (mil) horas, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (D) A educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até quatro anos de idade.
- (E) O poder público, em sua competência federativa, deverá recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica.